

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	637.573	549.905
1.01	Ativo Circulante	289.232	284.735
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.260	50.808
1.01.03	Contas a Receber	44.091	41.268
1.01.03.01	Clientes	44.091	41.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.390	10.503
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	111.491	182.156
1.01.08.03	Outros	111.491	182.156
1.01.08.03.02	Outros créditos	7.535	7.373
1.01.08.03.04	Debêntures com partes relacionadas	103.956	174.783
1.02	Ativo Não Circulante	348.341	265.170
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	348.341	265.170
1.02.01.07	Tributos Diferidos	48.262	58.038
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.262	58.038
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	300.079	207.132
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	216.093	127.558
1.02.01.10.05	Outros ativos	13.613	9.201
1.02.01.10.07	Tributos e encargos a recuperar	70.373	70.373

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	637.573	549.905
2.01	Passivo Circulante	108.048	83.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.313	4.005
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.313	4.005
2.01.02	Fornecedores	14.680	14.603
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.680	14.603
2.01.03	Obrigações Fiscais	59.130	47.787
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	55.844	44.754
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.835	40.851
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	5.009	3.903
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.286	3.033
2.01.05	Outras Obrigações	28.416	6.435
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.536	1.754
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.536	1.754
2.01.05.02	Outros	26.880	4.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.705	1
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	1.897	1.772
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.278	2.908
2.01.06	Provisões	509	10.938
2.01.06.02	Outras Provisões	509	10.938
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	509	10.938
2.02	Passivo Não Circulante	149.796	159.877
2.02.02	Outras Obrigações	20.848	19.669
2.02.02.02	Outros	20.848	19.669
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	20.848	19.669
2.02.04	Provisões	128.948	140.208
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	128.948	140.208
2.03	Patrimônio Líquido	379.729	306.260
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	14.200	137.425
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.200	137.425
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	196.694	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.514	500.464	154.764	410.485
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.069	-94.550	-55.178	-154.625
3.03	Resultado Bruto	151.445	405.914	99.586	255.860
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.308	-18.429	-29.934	-57.710
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.322	-20.308	-30.374	-59.252
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	957	-1.408	0	9
3.04.03.01	Provisão para perda de crédito esperada do contas a receber	957	-1.408	0	9
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57	3.287	440	1.533
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	150.137	387.485	69.652	198.150
3.06	Resultado Financeiro	10.002	28.170	4.321	14.230
3.06.01	Receitas Financeiras	10.190	30.075	4.534	14.976
3.06.02	Despesas Financeiras	-188	-1.905	-213	-746
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	160.139	415.655	73.973	212.380
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.486	-141.408	-25.353	-72.483
3.08.01	Corrente	-50.833	-131.632	-29.956	-71.772
3.08.02	Diferido	-3.653	-9.776	4.603	-711
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	105.653	274.247	48.620	139.897
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	105.653	274.247	48.620	139.897
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,73202	4,49585	0,79705	2,29339

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	105.653	274.247	48.620	139.897
4.03	Resultado Abrangente do Período	105.653	274.247	48.620	139.897

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	169.959	256.408
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	281.950	236.403
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	274.247	139.897
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.776	711
6.01.01.03	Amortização do intangível	54	62.721
6.01.01.04	Juros sobre debêntures passivas	0	274
6.01.01.05	Juros sobre Debêntures Partes Relacionadas	-16.023	-12.416
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	8.081	45.158
6.01.01.07	Provisão de Manutenção	4.407	0
6.01.01.10	Baixa de Intangível	0	67
6.01.01.11	Provisão para perda de crédito esperada	1.408	-9
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-97.280	19.127
6.01.02.01	Clientes e Contas a Receber Poder Concedente	-4.231	-6.201
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	-7.461	-8.704
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-88.535	5.485
6.01.02.04	Fornecedores, Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	77	4.358
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	1.308	556
6.01.02.06	Obrigações fiscais e imposto de renda e contribuição social	134.169	74.025
6.01.02.07	Outras contas a pagar	371	-783
6.01.02.08	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas - Utilização	-19.341	-10.888
6.01.02.09	Partes Relacionadas	8.010	30.281
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-121.647	-69.002
6.01.03	Outros	-14.711	878
6.01.03.01	Provisão para manutenção - utilização	-14.836	0
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	125	878
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54	-5.463
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-54	-5.463
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.453	-271.444
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	0	-48.774
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	0	-280
6.03.04	Pagamento de dividendos	-100.453	-222.390
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	69.452	-20.499
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.808	59.580
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	120.260	39.081

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	137.425	0	0	306.260
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	137.425	0	0	306.260
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-123.225	-77.554	0	-200.779
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$116,39 por ação)	0	0	-71.000	0	0	-71.000
5.04.09	Dividendos distribuídos (R\$85,61 por ação)	0	0	-52.225	0	0	-52.225
5.04.10	Dividendos distribuídos (R\$127,14 por ação)	0	0	0	-77.554	0	-77.554
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	274.247	0	274.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	274.247	0	274.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	14.200	196.693	0	379.728

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-204.309	-91.276	0	-295.585
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 163,93 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.04.09	Dividendos distribuídos (R\$ 54,60 por ação)	0	0	-33.309	0	0	-33.309
5.04.10	Dividendos distribuídos (R\$ 116,39 por ação)	0	0	-71.000	0	0	-71.000
5.04.11	Dividendos distribuídos antecipadamente (R\$ 149,63 por ação)	0	0	0	-91.276	0	-91.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	139.897	0	139.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	139.897	0	139.897
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	14.200	48.621	0	231.656

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	549.132	450.576
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	531.000	435.394
7.01.02	Outras Receitas	16.989	13.222
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.551	1.951
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.408	9
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.353	-94.634
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-33.984	-55.516
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.473	-29.629
7.02.04	Outros	-18.896	-9.489
7.02.04.01	Custos da Concessão	-16.345	-7.538
7.02.04.02	Custos da Construção	-2.551	-1.951
7.03	Valor Adicionado Bruto	450.779	355.942
7.04	Retenções	-54	-46.124
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54	-46.124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	450.725	309.818
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.254	14.976
7.06.02	Receitas Financeiras	31.254	14.976
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	481.979	324.794
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	481.979	324.794
7.08.01	Pessoal	14.487	53.960
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.582	49.457
7.08.01.02	Benefícios	3.943	3.631
7.08.01.03	F.G.T.S.	962	872
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	192.822	119.303
7.08.02.01	Federais	165.854	97.093
7.08.02.02	Estaduais	65	53
7.08.02.03	Municipais	26.903	22.157
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	422	680
7.08.03.01	Juros	3	193
7.08.03.03	Outras	419	487
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	274.248	150.851
7.08.04.02	Dividendos	196.694	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	77.554	150.851

Comentário do Desempenho

3T22



Comentário do Desempenho

Press Release

Matão (SP), 11 de novembro de 2022 – A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), concessionária de rodovias que administra 442 quilômetros no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2022 ("3T22") e aos nove primeiros meses de 2022 ("9M22").

Concessionária

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, Estado de São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totaliza 442 km de extensão.

Em 25 de fevereiro de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM.



AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por ser um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Argentina, Índia, Polônia, México e Porto Rico.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- » A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no 3T22 foi de R\$ 199,3 milhões (+21,3%) e R\$ 531,0 milhões no 9M22 (+22,0%).
- » A receita líquida¹ atingiu R\$ 186,1 milhões no 3T22, antes R\$ 153,6 milhões no mesmo período de 2021 (+21,2%). A receita líquida no 9M22 foi de R\$ 497,9 milhões (+21,9%).
- » O tráfego da Companhia no 3T22 foi de 13,1 milhões de eixos equivalentes², volume 14,6% maior que o tráfego do terceiro trimestre de 2021. A variação entre o 9M22 e o 9M21 foi de +13,5%.
- » O EBITDA Ajustado³ no 3T22 foi de R\$ 159,0 milhões (+55,6%) e R\$ 407,2 milhões no 9M22 (+38,1%).
- » Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023.
- » Em 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo Aditivo Modificado Coletivo nº 02/2022 ("TAM Coletivo") com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP.
O TAM Coletivo tem como objeto a promoção do reequilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão das Concessionárias em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas. A recomposição do equilíbrio ocorrerá por meio de pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022 referentes aos períodos em que receita deixou de ser arrecadada em função do não reajuste tarifário.

¹ Exclui as Receitas de Construção

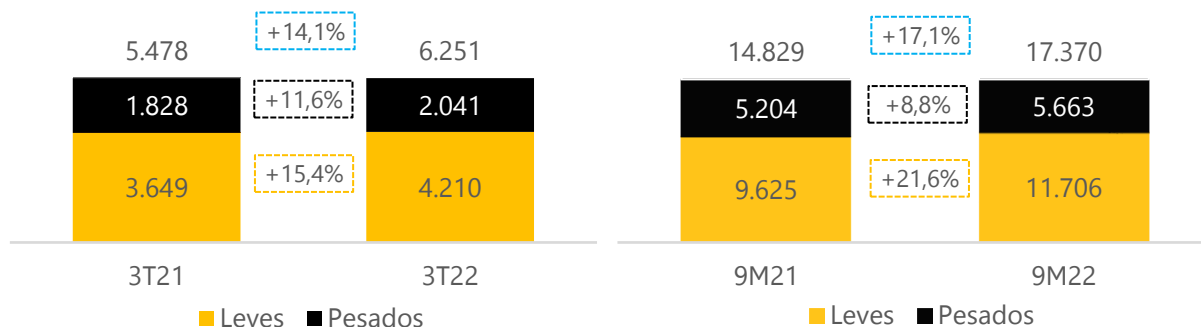
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

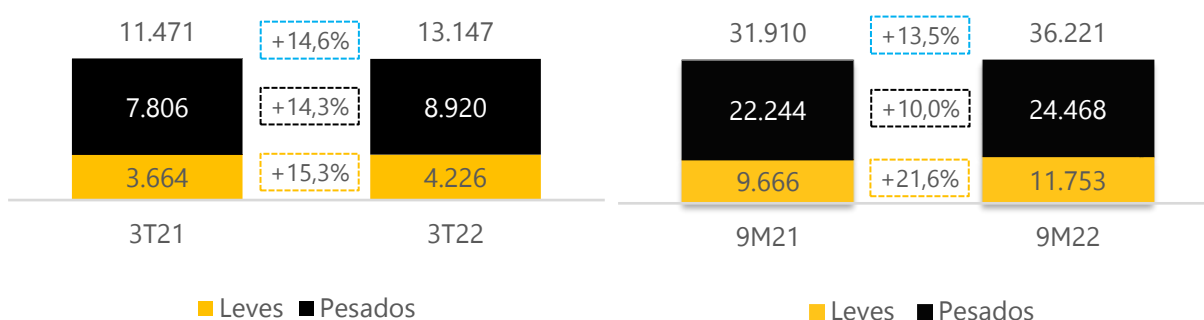
Comentário do Desempenho

Tráfego

» Em milhares de veículos



» Em milhares de eixos equivalentes



O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia no terceiro trimestre de 2022 foi de 14,1%. No comparativo dos primeiros nove meses de 2022 (9M22 x 9M21) o aumento foi de 17,1%.

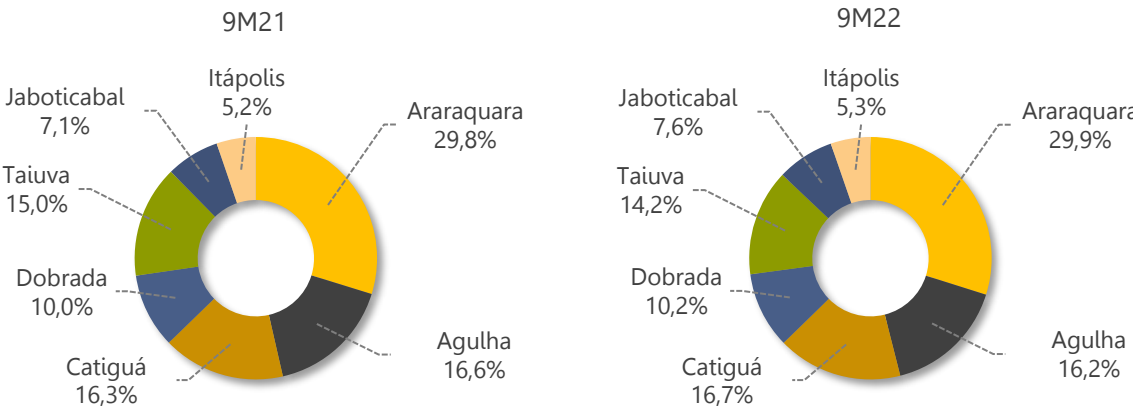
No terceiro trimestre de 2022, o tráfego da Companhia foi de 13,1 milhões de eixos equivalentes (+14,6%). O crescimento do tráfego nos primeiros nove meses de 2022 9M22 foi de 13,5%.

A Companhia superou em 16,3% os níveis de tráfego de 2019 (pré-pandemia) no período 9M22.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP 310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62,7% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de *commodities* do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

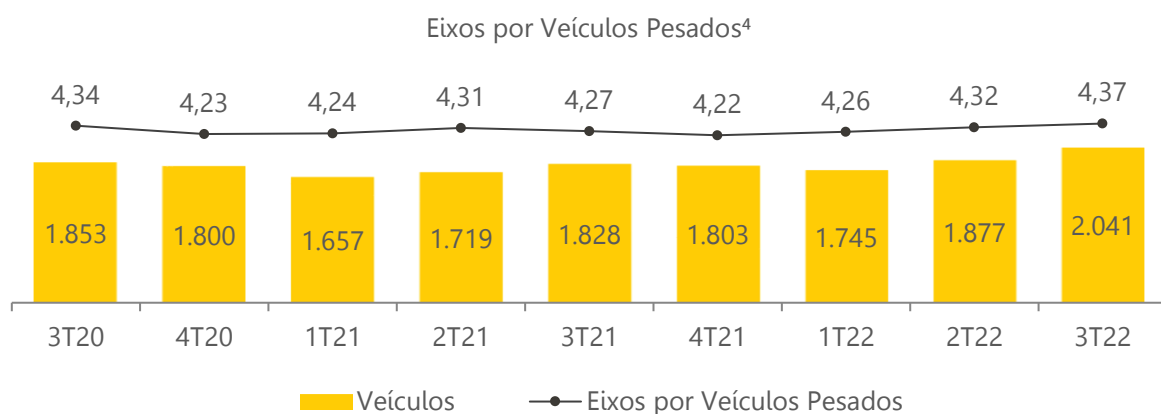
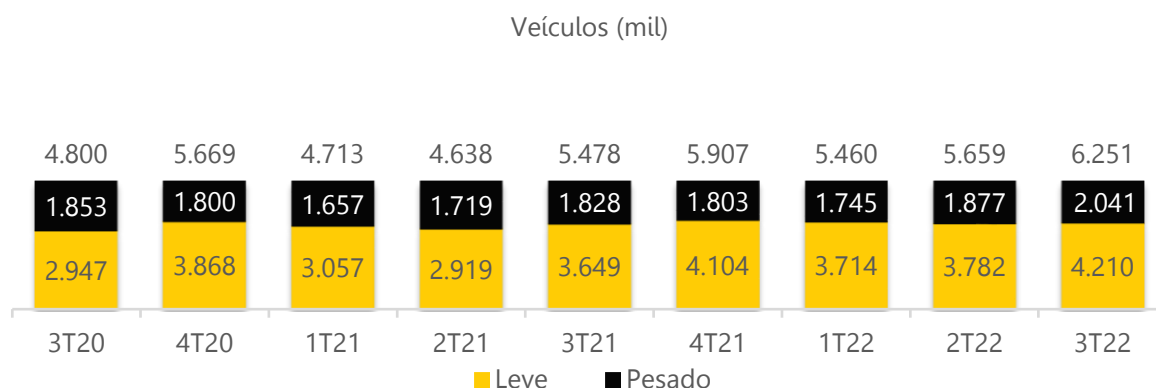
Comentário do Desempenho

» Tráfego por praça em eixos equivalentes



Comentário do Desempenho

Histórico de Tráfego



⁴ O valor de eixos por veículo pesado é o resultado da divisão de eixos equivalentes pesados por veículos pesados.

Comentário do Desempenho

Tarifa Média⁵

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia no 9M22 foi de R\$ 14,66 (+7,4%). A tabela abaixo apresenta a tarifa de cada praça de pedágio:

Praça de Pedágio	Tarifa sem Reajuste
Araraquara	18,70
Agulha	12,50
Catiguá	17,60
Dobrada	9,70
Taiúva	8,90
Jaboticabal	15,10
Itápolis	8,40

Conforme decisão do Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de junho de 2022, o reajuste das tarifas de pedágio, previsto no contrato de concessão para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, não foi aplicado.

Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), no âmbito do Processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento ocorre no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser adotadas as medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir tal determinação.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022.

⁵ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Comentário do Desempenho

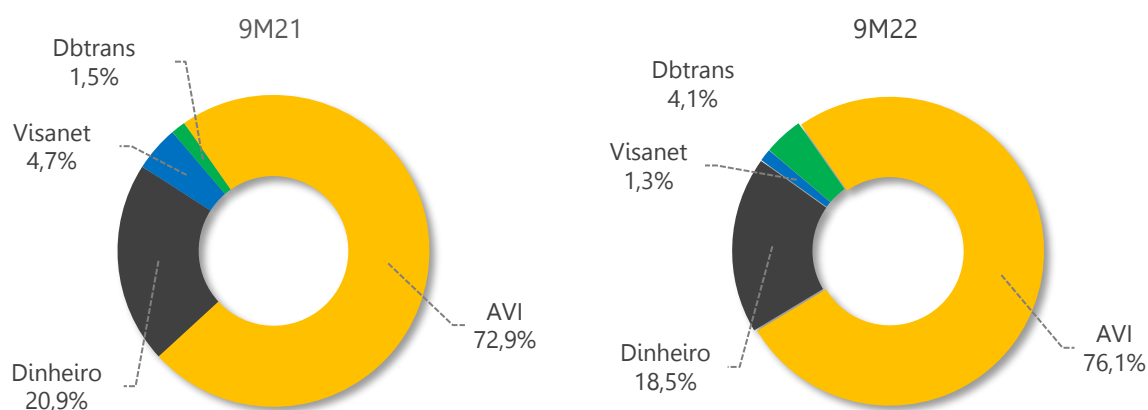
Receita

Receita (R\$ Mil)	3T21	3T22	Var %	9M21	9M22	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	164.349	199.319	21,3%	435.394	531.000	22,0%
Receita de construção	1.182	412	-65,1%	1.951	2.551	30,8%
Outras receitas	3.703	4.298	16,1%	11.620	13.700	17,9%
Receita bruta	169.234	204.029	20,6%	448.965	547.251	21,9%
Imposto sobre a receita e outras deduções	(14.470)	(17.515)	21,0%	(38.480)	(46.787)	21,6%
Receita operacional líquida	154.764	186.514	20,5%	410.485	500.464	21,9%
Receita líquida (ex Construção)	153.582	186.102	21,2%	408.534	497.913	21,9%

A receita líquida da Companhia no terceiro trimestre de 2022 foi de R\$ 186,1 milhões (+21,2%) e R\$ 497,9 milhões no 9M22 (+21,9%).

Os valores ressarcidos pelo Poder Concedente referente ao reajuste tarifário estão sendo considerados na linha de Receita com arrecadação de pedágio.

Nos primeiros nove meses de 2022, 76,1% das receitas de pedágio foram arrecadadas por meio de dispositivos eletrônicos (AVI) e 23,9% por meio manual.



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

Custos Inerentes à Operação (R\$ Mil)	3T21	3T22	Var %	9M21	9M22	Var %
Funcionários	(6.573)	(8.240)	25,4%	(17.934)	(21.250)	18,5%
Materiais e equipamentos	(3.159)	(5.424)	71,7%	(9.875)	(15.155)	53,5%
Exploração da concessão	(3.351)	(6.110)	82,3%	(7.538)	(16.345)	116,8%
Prestadores de serviços	(12.241)	(10.990)	-10,2%	(31.171)	(32.227)	3,4%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(25.923)	(1.027)	-96,0%	(45.159)	(8.081)	-82,1%
Reembolso de seguros	1.273	4.952	289,0%	878	4.737	439,5%
Provisão para perdas de crédito esperada	-	957	0,0%	9	(1.408)	15744,4%
Outras despesas	(1.894)	(1.277)	-32,6%	(4.343)	(4.275)	-1,6%
Outras receitas operacionais	441	58	-86,8%	1.533	3.287	114,4%
Sub total	(51.427)	(27.101)	-47,3%	(113.600)	(90.717)	-20,1%
Despesas de amortização	(5.212)	4.217	-180,9%	(46.125)	(54)	-99,9%
Sub total	(56.639)	(22.884)	-59,6%	(159.725)	(90.771)	-43,2%
Despesas relacionadas a ampliações e manutenção (R\$ Mil)	3T21	3T22	Var %	9M21	9M22	Var %
Conserva, manutenção e operação da rodovia	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Provisão para manutenção	(10.694)	(13.079)	22,3%	(34.062)	(19.656)	-42,3%
Despesas com construção	(1.182)	(412)	-65,1%	(1.951)	(2.551)	30,8%
Sub total	(11.876)	(13.491)	13,6%	(36.013)	(22.207)	-38,3%
Total custos e despesas operacionais	(68.515)	(36.375)	-46,9%	(195.738)	(112.978)	-42,3%

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil)	3T21	3T22	Var %	9M21	9M22	Var %
Receita líquida	154.764	186.514	20,5%	410.485	500.464	21,9%
Receita de construção	(1.182)	(412)	-65,1%	(1.951)	(2.551)	30,8%
Receita líquida (ex receita de construção)	153.582	186.102	21,2%	408.534	497.913	21,9%
Custos operacionais	(68.515)	(36.375)	-46,9%	(195.738)	(112.978)	-42,3%
Custos de construção	1.182	412	-65,1%	1.951	2.551	30,8%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(67.333)	(35.963)	-46,6%	(193.787)	(110.427)	-43,0%
EBIT	86.249	150.139	74,1%	214.747	387.486	80,4%
Depreciação e amortização	5.212	(4.217)	-180,9%	46.125	54	-99,9%
EBITDA	91.461	145.922	59,5%	260.872	387.540	48,6%
Provisão para manutenção	10.694	13.079	22,3%	34.062	19.656	-42,3%
EBITDA ajustado	102.155	159.001	55,6%	294.934	407.196	38,1%
Margem EBITDA ajustado	66,5%	85,4%	28,4%	72,2%	81,8%	13,3%

O EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 159,0 milhões no terceiro trimestre de 2022 (+55,6%) e R\$ 407,2 milhões no 9M22 (+38,1%).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3T21	3T22	Var %	9M21	9M22	Var %
Receita com rend. de aplicações financeiras e outras	761	2.646	247,7%	2.560	8.156	218,6%
Juros com partes relacionadas	3.773	5.097	35,1%	12.416	16.023	29,1%
Receita com operações de instrumentos financeiros	-	2.447	0,0%	-	5.896	0,0%
Outras receitas financeiras	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Receitas financeiras	4.534	10.190	124,7%	14.976	30.075	100,8%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	-	0,0%	(274)	-	-100,0%
Despesa com operações de instrumentos financeiros	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Outras despesas financeiras	(213)	(188)	-11,7%	(472)	(1.905)	303,6%
Despesas financeiras	(213)	(188)	-11,7%	(746)	(1.905)	155,4%
Resultado financeiro líquido	4.321	10.002	131,5%	14.230	28.170	98,0%

O resultado financeiro líquido da Companhia foi de R\$ 10,0 milhões no 3T22 (+131,5%) e R\$ 28,2 milhões no 9M22 (+98,0%).

Rating

Rating em escala nacional	S&P
Triângulo do Sol	brAA+
Última atualização	jun/22

Lucro Líquido

O lucro líquido no 3T22 foi de R\$ 105,6 milhões (+117,3%) e R\$ 274,2 milhões no 9M22 (+96,0%).

Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

» Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio.

» Revisão das informações contábeis intermediárias

- Revisão das informações contábeis intermediárias;
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

» Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados;
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação de atos e fatos relevantes por parte da Companhia;
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia.

» Considerações finais

- As informações trimestrais (ITR) da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.
- As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e

com a redução dos impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a Companhia também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comentário do Desempenho**Demonstração do resultado**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)	3T22	9M22	3T21	9M21
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	186.514	500.464	154.764	410.485
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(35.067)	(94.549)	(55.178)	(154.625)
LUCRO BRUTO	151.447	405.915	99.586	255.860
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(2.322)	(20.308)	(30.374)	(59.252)
Provisão para perda de crédito esperada do contas a receber	957	(1.408)	-	9
Outras receitas operacionais, líquidas	57	3.287	440	1.533
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	150.139	387.486	69.652	198.150
Receitas financeiras	10.190	30.075	4.534	14.976
Despesas financeiras	(188)	(1.905)	(213)	(746)
RESULTADO FINANCEIRO	10.002	28.170	4.321	14.230
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	160.141	415.656	73.973	212.380
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(50.833)	(131.632)	(29.956)	(71.772)
Diferidos	(3.653)	(9.776)	4.603	(711)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	105.655	274.248	48.620	139.897
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	173,20	449,59	79,70	229,34

Comentário do Desempenho**Balanço patrimonial**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	30/09/2022	31/12/2021
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	120.260	50.808
Contas a receber de clientes	44.091	41.268
Impostos a recuperar	13.390	10.503
Partes relacionadas	-	-
Debêntures com partes relacionadas	103.956	174.783
Outros ativos	7.535	7.373
Total dos ativos circulantes	289.232	284.735
NÃO CIRCULANTES		
Outros ativos	13.613	9.201
Debêntures com partes relacionadas	-	-
Tributos e encargos a recuperar	70.373	70.373
Depósitos e bloqueios judiciais	216.093	127.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.262	58.038
Direito de uso	-	-
Intangível	-	-
Total dos ativos não circulantes	348.341	265.170
TOTAL DOS ATIVOS	637.573	549.905
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-
Fornecedores	14.680	14.603
Partes relacionadas	1.536	1.754
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	50.835	40.851
Obrigações fiscais	8.295	6.936
Credor pela concessão	1.897	1.772
Provisão para manutenção	509	10.938
Obrigações sociais e trabalhistas	5.313	4.005
Dividendos a pagar	21.705	1
Outras contas a pagar	3.278	2.908
Total dos passivos circulantes	108.048	83.768
NÃO CIRCULANTES		
Obrigações fiscais	20.848	19.669
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	128.948	140.208
Total dos passivos não circulantes	149.796	159.877
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	71.000	71.000
Reservas de capital	97.835	97.835
Reservas de lucros	14.200	137.425
Lucros acumulados	196.694	-
Total do patrimônio líquido	379.729	306.260
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	637.573	549.905

Comentário do Desempenho

Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	30/09/2022	30/09/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	274.248	139.897
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	9.776	711
Amortização do intangível	54	62.721
Baixa do intangível	-	67
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	-	274
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	(16.023)	(12.416)
Provisão para manutenção	4.407	
Provisão para perda de créditos esperada	1.408	(9)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.081	45.158
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	(4.231)	(6.201)
Partes relacionadas	8.010	30.281
Outros ativos	(7.461)	(8.704)
Depósitos e bloqueios judiciais	(88.535)	5.485
Fornecedores e partes relacionadas	77	4.358
Obrigações sociais e trabalhistas	1.308	556
Obrigações fiscais	134.169	74.025
Provisão para manutenção - utilização	(14.836)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(19.341)	(10.888)
Apropriação da outorga variável	125	878
Outras contas a pagar	370	(783)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(121.647)	(69.002)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	169.959	256.408
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(54)	(5.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54)	(5.463)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(100.453)	(222.390)
Debêntures:		
Pagamento de principal	-	(48.774)
Pagamento de juros	-	(280)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(100.453)	(271.444)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	69.452	(20.499)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	50.808	59.580
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	120.260	39.081

Comentário do Desempenho

Contate RI:

Alexandre Tujisoki
diretor financeiro e de
relações com investidores
+55 (11) 3508-9600

Fábio Moura e Silva
gerente financeiro
+55 (11) 3508-9608

www.abtriangulodosol.com.br
ri@triangulodosol.com.br



Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Notas Explicativas



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A
Matão – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Notas Explicativas



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão, detido pela Companhia, foi estendido para 30 de Abril de 2023 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 26. Em 14 de outubro de 2022, foi declarada a licitante vencedora da concorrência pública para exploração do sistema rodoviário Lote Noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia. O leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp. Contudo, conforme descrito na referida nota, a Companhia possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Notas Explicativas Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez, uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021 - o qual consolida e revoga o prazo concedido por meio do TAM nº 23, de 06 de fevereiro de 2019 - foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 188 dias.

Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 21 de janeiro de 2022.

Em 21 de janeiro de 2022, por meio do Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 259 dias (a partir de 18 de julho de 2021).

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 03 de abril de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 140 dias (a partir de 04 de abril de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 291 dias (a partir de 13 de julho de 2022). Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de abril de 2023.

Em 14 de outubro de 2022 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, a ata da sessão pública referente à Concorrência Pública Internacional nº 02/2022, que declara a licitante vencedora dessa concorrência pública, para concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário lote noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia, cujo leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp, com decisão judicial obstando, de forma liminar expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública (TJ/SP), o ato de homologação da licitação e adjudicação da concorrência do Lote Noroeste.

A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Caso, não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado (esta redução ficou vigente até assinatura do TAM 24); e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT nº. 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 8,06%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2021.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo.

Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), no âmbito do Processo ARTESP-PRC 2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabelece ainda que o reajuste tarifário deverá ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão serão reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorra, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no último dia útil de agosto de 2022, bem como que deverão ser

Notas Explicativas Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

adotadas das medidas para a celebração de aditivos aos contratos de concessão para refletir essa determinação.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição será mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo poder concedente. Os próximos pagamentos serão realizados à concessionária no último dia útil dos meses de outubro e dezembro de 2022.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível;

Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%, conforme originalmente previsto no contrato de concessão.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia estima o montante de R\$ 509 em 30 de setembro de 2022, para cumprir com as obrigações de recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do prazo original do contrato, para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia

Notas Explicativas Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (última demonstração financeira anual).

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as "*International Financial Reporting Standards – IFRS*" e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 11 de novembro de 2022.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas informações contábeis intermediárias exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

3.1. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações contábeis intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

3.2. Normas novas, alterações e interpretações de normas

No período findo em 30 de setembro de 2022 não ocorreram mudanças relevantes nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Novas normas

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não houve impacto relevante nas informações contábeis intermediárias:

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

b) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguro (CPC 50)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e contas bancárias	4.185	4.752
Aplicações financeiras (a)	116.075	46.056
Total	<u>120.260</u>	<u>50.808</u>

(a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 98,27% em 30 de setembro de 2022 (97,59% em 31 de dezembro de 2021), da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	30/09/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	45.265	41.381
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Contas a receber – Receitas acessórias	2.668	2.321
Provisão para perdas de crédito esperada	(7.798)	(6.390)
Total	<u>44.091</u>	<u>41.268</u>
Circulante	44.091	41.268

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 21, seção "riscos de mercado" item a).

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio, previstos no contrato de concessão, integralmente provisionados.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	30/09/2022	30/09/2021
Início do período	(6.390)	(5.122)
Adições a provisão no período	(1.401)	(28)
Reversões no período	-	37
Em 30 de setembro de 2022	<u>(7.798)</u>	<u>(5.113)</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	44.479	39.581
Vencidos:		
Até 30 dias	1.006	343
De 31 a 90 dias	-	681
Acima de 90 dias	6.404	7.053
	<u>51.889</u>	<u>47.658</u>

6. Tributos e encargos a recuperar

	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

IRPJ / CSLL - pgto a maior	4.501	10.144
IRRF - Aplicações Financeiras	8.807	218
Outros Tributos	82	141
Tributos e encargos a recuperar	83.763	80.876
Circulante	13.390	10.503
Não Circulante	70.373	70.373
Tributos e encargos a recuperar	83.763	80.876

- (a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal.

Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões S.A., foi deliberado acerca do depósito judicial do benefício fiscal sobre o ágio amortizado pela Companhia entre 2018 e 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R\$ 81.111, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal benefício fiscal sobre o ágio, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do referido benefício fiscal – registrado como tributo a recuperar- pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela Companhia nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021. O benefício fiscal foi calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$ 97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reservas de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e foi realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o período findo em 30 de setembro de 2021.

7. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	103.956	174.783
	<u>103.956</u>	<u>174.783</u>
Passivo circulante		
Dividendos a pagar – controladora:		
AB Concessões S.A.	21.705	1
Fornecedores – Controladora:		
AB Concessões S.A. (b)	887	869
Fornecedores - outras partes relacionadas:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	649	885
	<u>23.241</u>	<u>1.755</u>

Notas Explicativas

Notas Explicativas do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Transações que afetaram o resultado	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Custo do Serviço Prestado				
Outras partes relacionadas:				
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(3.937)	(12.153)	(4.438)	(10.305)
Despesas Administrativas				
Controladora:				
AB Concessões S.A. (b)	(2.923)	(8.079)	(2.614)	(7.842)
Receitas financeiras				
Controladora:				
AB Concessões S.A. (a)	5.097	16.023	3.772	12.416
	(1.763)	(4.209)	(3.280)	(5.731)

- (a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$ 500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de setembro de 2021. Em Assembleia Geral extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 09 de agosto de 2022, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2023.

Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% a.a. entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% a.a. de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% a.a. de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 14 de setembro de 2023. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A, empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$159.669, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 167 (cento e sessenta e sete) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 199.482, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2021, foi realizada a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 102.825, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 14 de setembro de 2021, foi realizada a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 77.209, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 09 de agosto de 2022, foi realizada a alienação de 64 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. de 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 86.850, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

- (b) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora AB Concessões, cujos

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

valores - divulgados como "Despesas com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 17 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante nota de débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.

- (c) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores – sendo divulgados em "Custos com prestadores de serviços", exceto pela recuperação e manutenção que é divulgada em "Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia" conforme nota explicativa nº 17 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 foram de R\$ 568 e R\$ 1.852, respectivamente, (R\$ 466 e R\$ 1.341 em 30 de setembro de 2021), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Salários	378	1.342	311	888
Encargos	134	346	107	304
Outros benefícios	56	164	48	149
Total	568	1.852	466	1.341

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	30/09/2022	Varição Resultado	31/12/2021
Diferença temporária:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	128.948	(11.260)	140.208
Obrigações fiscais	23.230	2.161	21.069
Provisão para perdas de crédito esperada	7.798	1.408	6.390
Provisão para Manutenção	509	(10.430)	10.939
Base de cálculo	160.485	(18.121)	178.606
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	54.565	(6.161)	60.726
Débito de imposto	30/09/2022	Varição Resultado	31/12/2021
Diferença temporária:			
Outros ativos (a)	12.643	(4.737)	7.906
Atualização de depósitos judiciais tributários	5.896	(5.896)	-
Base de cálculo	18.539	(10.634)	7.906
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	6.303	3.616	2.688

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	48.262	(9.776)	58.038
---	--------	---------	---------------

(a) Referem-se aos casos onde a Companhia espera que parte dos valores das provisões de contingências seja reembolsado, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	30/09/2022	31/12/2021
2022	41.416	59.367
A partir de 2023	13.149	1.359
	54.565	60.726

Na determinação da estimativa de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia estimou que haverá lucro tributável durante os anos de 2022 e 2023 contra o qual tais diferenças serão realizadas. A estimativa de lucro tributável leva em consideração a resolução dos desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM's), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida (conforme nota explicativa nº 1).

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	160.141	415.656	73.973	212.380
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(54.448)	(141.323)	(25.151)	(72.209)
Diferenças permanentes	(38)	(85)	(202)	(274)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(54.486)	(141.408)	(25.353)	(72.483)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(50.833)	(131.632)	(29.956)	(71.772)
Diferidos	(3.653)	(9.776)	4.603	(711)
	(54.486)	(141.408)	(25.353)	(72.483)
Alíquota efetiva dos impostos	34,02%	34,02%	34,27%	34,13%

9. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.375	904.641	3.526	982.542
Aquisições	-	3.707	-	3.707
Baixas	-	(1.439)	-	(1.439)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Transferências (c)	-	(1.454)		(1.454)
Saldos em 30 de setembro de 2021	74.375	905.455	3.526	983.356
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.375	907.700	3.516	985.592
Aquisições	-	-	54	54
Baixas	-	(870)	-	(870)
Saldos em 30 de setembro de 2022	74.375	906.830	3.570	984.776

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)
Amortização	(1.704)	(60.169)	(191)	(62.064)
Baixas	-	1.372	-	1.372
Saldos em 30 de setembro de 2021	(74.375)	(905.455)	(3.526)	(983.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(74.375)	(907.700)	(3.516)	(985.592)
Amortização	-	-	(54)	(54)
Baixas	-	870	-	870
Saldos em 30 de setembro de 2022	(74.375)	(906.830)	(3.570)	(984.776)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	-	-	-	-
Taxa média (a.a.)	-	-	100%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada, para o período da concessão, cujo saldo foi totalmente amortizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. Posteriormente a retratificação do TAM nº. 24, do dia 21 de janeiro de 2022, estendeu o prazo até 03 de abril de 2022. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 25, de 01 de abril de 2022, o período de exploração da concessão foi estendido para 22 de agosto de 2022. E por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 26, de 19 de agosto de 2022, o período de exploração da concessão foi estendido para 30 de agosto de 2023.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização foi efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão aprovado até a data de reporte.

(c) Refere-se a valores de despesas antecipadas, reclassificadas para a rubrica de Outros Ativos, cujos valores serão aplicados nas rodovias administradas pela Companhia.

10. Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
De materiais	4.436	4.574
De serviços de engenharia	10.244	10.029
Total	14.680	14.603

11. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota 1.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	30/09/2022	31/12/2021
Parcela variável (a)	1.897	1.772
Total	1.897	1.772

- (a) A partir de setembro de 2021 o ônus variável corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota 1, por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, que durante o período de prorrogação do prazo de concessão determinado, será devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. Até agosto de 2021 a alíquota aplicada foi de 1,5%.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.345 (R\$ 6.660 em 30 de setembro de 2021), referente à parte variável do direito de exploração.

12. Obrigações fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.835	40.851
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	4.647	3.521
Imposto Sobre Serviços – ISS	3.286	3.033
Outros	362	382
PIS e COFINS s/ receitas financeiras (a)	20.848	19.669
Obrigações fiscais	79.978	67.456
Circulante	59.130	47.787
Não Circulante	20.848	19.669

- (a) A Companhia impetrou Mandado de Segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais realizados pela Companhia, conforme nota explicativa nº 14.

13. Provisão para Manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 11,62% ao ano em 2022 e 10,61% ao ano em 2021.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	30/09/2022	30/09/2021
Saldo inicial	10.938	-
Constituição da Provisão	3.142	-
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(28)	-
Realização da provisão	(14.836)	-
Ajuste a valor presente	1.293	-
Saldo final	509	-

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, administrativos e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado na rubrica de Outros ativos, no montante de R\$ 12.643 (R\$ 7.906 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	30/09/2022
Cíveis (a)	25.448	6.083	3.094	(3.576)	(3.007)	28.041
Trabalhistas (b)	93.130	838	6.026	(5.285)	(5.573)	89.137
Tributário (d)	72	-	12	-	-	84
Outros processos (c)	21.558	1.927	945	(1.983)	(10.761)	11.686
Total	140.208	8.848	10.077	(10.844)	(19.341)	128.948

	31/12/2020	Adições	Atualizações	Reversões	Pagamentos	30/09/2021
Cíveis (a)	26.314	6.295	1.636	(6.652)	(4.234)	23.359
Trabalhistas (b)	60.984	27.923	4.560	(2.682)	(3.947)	86.838
Tributário (d)	1.172	-	12	(1.110)	(5)	69
Outros processos (c)	20.334	11.638	5.527	(1.989)	(2.702)	32.808
Total	108.804	45.856	11.735	(12.433)	(10.888)	143.074

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade, entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores.

(c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

(d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos (i) cíveis, decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$ 49.499 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 40.196 em 31 de dezembro de 2021); (ii) trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$ 5.005 em 30 de setembro

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

de 2022 (R\$ 5.454 em 31 de dezembro de 2021); (iii) tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 116.798 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 31.672 em 31 de dezembro de 2021); (iv) outros processos, decorrentes de processos administrativos, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$ 7.902 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 8.570 em 31 de dezembro de 2021) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O principal processo tributário, do saldo também mencionado acima, trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30/09/2022	31/12/2021
Processos cíveis e trabalhistas	26.287	24.911
Processos tributários (a)	107.756	19.657
Bloqueios judiciais (b)	82.050	82.990
Total de depósitos judiciais	216.093	127.558

(a) A Companhia possui, principalmente, depósitos judiciais no montante de R\$ 20.749 (R\$ 19.557 em 31 de dezembro de 2021) relativos à discussão judicial sobre incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras, e possui Obrigações Fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 12, referente ao referido depósito. Adicionalmente, a Companhia também possui depósitos judiciais de R\$ 87.007 referente a pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal, conforme mencionado na nota explicativa nº 6 (a).

(b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 82.050 (R\$ 82.990, em 31 de dezembro de 2021) referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Notas Explicativas Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros".

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 100.000, oriundos da conta de reserva de lucros.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de R\$33.309 diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros de 31 de dezembro de 2020, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a declaração e distribuição de dividendos da Companhia no valor de R\$ 162.276, sendo R\$ 71.000 oriundos da conta reserva de lucros, e R\$ 91.276 oriundos do resultado apurado até 30 de junho de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R\$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R\$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de agosto de 2022, o valor de R\$ 162.276, destinado para a conta de Reserva de lucros pela Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2022, foi retificado para R\$ 71.000. Adicionalmente, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$148.554, sendo R\$ 71.000 oriundos da conta de Reserva de lucros, apurados em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 77.554 oriundos do resultado apurado em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Receita com arrecadação de pedágio	199.319	531.000	164.349	435.394
Receita de construção	412	2.551	1.182	1.951
Outras receitas acessórias	4.298	13.700	3.703	11.620
Receita bruta	204.029	547.251	169.234	448.965
Deduções da receita:				
ISS	(10.082)	(26.901)	(8.332)	(22.155)
PIS	(1.323)	(3.541)	(1.093)	(2.907)
COFINS	(6.110)	(16.345)	(5.045)	(13.418)
Receita líquida	186.514	500.464	154.764	410.485

17. Custos e despesas por natureza

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(13.079)	(19.656)	(10.694)	(34.062)
Despesas de amortização (a)	4.217	(54)	(21.809)	(62.721)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(6.110)	(16.345)	(3.351)	(7.538)
Despesas/Custos com prestadores de serviços	(10.990)	(32.227)	(12.241)	(31.171)
Despesas com funcionários	(8.240)	(21.250)	(6.573)	(17.934)
Despesas com materiais e equipamentos	(5.424)	(15.155)	(3.159)	(9.875)
Custos com construção	(412)	(2.551)	(1.182)	(1.951)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.027)	(8.081)	(25.923)	(45.158)
Seguros	4.952	4.737	1.273	878
Provisão para perdas de crédito esperada	957	(1.408)	-	9
Outras receitas	58	3.287	441	1.533
Outras despesas gerais e administrativas	(1.277)	(4.275)	(1.894)	(4.345)
Total	(36.375)	(112.978)	(85.112)	(212.335)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(35.067)	(94.549)	(55.178)	(154.625)
Despesas gerais e administrativas	(2.322)	(20.308)	(30.374)	(59.252)
Provisão para perdas de crédito esperada	957	(1.408)	-	9
Outras receitas operacionais, líquidas	57	3.287	440	1.533
Total	(36.375)	(112.978)	(85.112)	(212.335)

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16 e CPC 06 (R2). Este último no valor de R\$ 658 em 30 de setembro de 2021.

18. Resultado financeiro

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Receitas financeiras				
Receita com rendimentos de aplicação financeira	2.531	4.477	761	2.560
Atualização Monetária sobre Ganhos de Processos Judiciais	104	3.523	-	-
Juros debêntures com partes relacionadas	5.097	16.023	3.773	12.416

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Receita com variações monetárias	2.447	5.896	-	-
Outras Receitas Financeiras	11	156	-	-
	<u>10.190</u>	<u>30.075</u>	<u>4.534</u>	<u>14.976</u>
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	-	-	-	(274)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(1.293)	-	-
Outras despesas financeiras	(188)	(612)	(213)	(472)
	<u>(188)</u>	<u>(1.905)</u>	<u>(213)</u>	<u>(746)</u>
Resultado financeiro	<u>10.002</u>	<u>28.170</u>	<u>4.321</u>	<u>14.230</u>

19. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Lucro líquido do período (em R\$)	105.655.373	274.248.333	48.619.903	139.896.322
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000	610.000	610.000
Lucro por ação - básico (em R\$)	<u>173,21</u>	<u>449,59</u>	<u>79,70</u>	<u>229,34</u>

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

	30/09/2022	30/09/2021
Impostos a recuperar – IRRF	(8.228)	(33.303)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(8.228)	(33.303)
Debêntures com partes relacionadas	86.850	346.214
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	86.850	346.214
Dividendos pagos a acionistas	(78.622)	(312.911)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(78.622)	(346.214)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria:

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, na data das Informações contábeis intermediárias (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), uma vez que:

1. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
2. As debêntures com partes relacionadas possuem prazo inferior a um ano e estão atreladas a operações de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota 7 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
3. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes	44.091	41.268
Debêntures com partes relacionadas	103.956	174.783
Passivos		
Fornecedores	14.680	14.603
Passivos com partes relacionadas (contas a pagar)	1.536	1.754
Credor pela concessão	1.897	1.772
Dividendos a pagar	21.705	1

b) *Instrumentos financeiros registrados ao valor justo*

Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das Informações contábeis intermediárias (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos às debêntures a receber de partes relacionadas e aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram consideradas reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures com partes relacionadas e aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de setembro de 2022;
- Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2022;
- Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2022.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário 25% (ii)	Cenário 50% (iii)
Variação do CDI (a)	-	13,70%	10,28%	6,85%
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas – CDI	116.075	15.609	11.710	7.809
Debêntures ativas – CDI	103.956	16.186	10.681	7.121
Exposição Líquida	220.030	31.795	22.391	14.930
Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(9.404)	(16.865)

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2022.

Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	30/09/2022	31/12/2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	120.260	50.808
Contas a receber e contas a receber poder concedente	44.091	41.268
Debêntures com partes relacionadas	103.956	174.783

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos em reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº. 7, tem sido compensados com as debêntures a receber de partes relacionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros Estimados (a)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>Circulante</u>
Ativos circulantes e não circulantes					
Contas a receber e contas a receber poder concedente	44.091	-	44.091	-	44.091
Debentures com Partes relacionadas	103.956	80.464	-	184.420	184.420
Total	148.047	80.464	44.091	184.420	228.511
Passivos					
Credor pela concessão	1.897	-	1.897	0	1.897
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	16.216	-	7.468	8.748	16.216
Dividendos a Pagar	21.705	-	-	21.705	21.705
Total	39.818	-	0	30.453	39.818

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de setembro de 2022 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

22. Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

23. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 30 de setembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	23.465	09/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	60.000	09/2022
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	65.326	09/2022
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	138.795	09/2022

24. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis Intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações contábeis individualizadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A
Matão – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o período de exploração do contrato de concessão, detido pela Companhia, foi estendido para 30 de Abril de 2023 de acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 26. Em 14 de outubro de 2022, foi declarada a licitante vencedora da concorrência pública para exploração do sistema rodoviário Lote Noroeste, onde se encontra o trecho atual da Companhia. O leilão foi objeto de ação civil pública contra o governo do Estado de São Paulo e a Artesp. Contudo, conforme descrito na referida nota, a Companhia possui outros pleitos de desequilíbrios contratuais em discussão com o Poder Concedente, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2022 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2022 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.